

Estado do Rio Grande do Sul

Prefeitura Municipal de Bom Progresso

LEI MUNICIPAL Nº 1.261/2015

INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO FISCAL NO MUNICÍPIO DE BOM PROGRESSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal e Bom Progresso, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Vereadores Aprovou e Eu Sanciono e Promulgo a Seguinte LEI.

ART. 1º - Fica instituído o **Programa Municipal de Educação Fiscal – PMEF**, em consonância com as diretrizes do Programa de Integração Tributária – PIT, com o objetivo de promover e institucionalizar a Educação Fiscal como instrumento para a conquista da cidadania, a ser efetivado no âmbito do município de BOM PROGRESSO.

ART. 2º - Considera-se educação fiscal, para fins desta Lei, o conjunto de ações mediante as quais o indivíduo e a coletividade constroem valores, conhecimentos e atitudes, voltados ao planejamento, à gestão e ao controle dos recursos públicos, de forma responsável, com base no exercício da cidadania e da corresponsabilidade, visando o bem comum, a melhoria da qualidade de vida e a sustentabilidade social.

ART. 3º - Dos objetivos do Programa de Educação Fiscal – PMEF:

- I – conscientizar os cidadãos quanto à função socioeconômica dos tributos;*
- II – levar conhecimentos à população em geral sobre administração pública, arrecadação e controle de gastos públicos;*
- III – criar na sociedade um comportamento de acompanhamento e fiscalização da aplicação dos recursos pelo poder público;*
- IV – promover ações integradas de combate à sonegação fiscal;*
- V – criar condições para uma relação harmoniosa entre o Estado e o Cidadão;*
- VI – promover a conscientização fiscal de todos os segmentos da sociedade, despertando os cidadãos para o exercício da cidadania;*
- VII – contribuir permanentemente para a formação do indivíduo, visando ao desenvolvimento da conscientização sobre seus direitos e deveres no tocante ao valor social do tributo e ao controle social do Estado democrático;*
- VIII – aumentar a eficiência e transparência das receitas e despesas públicas;*
- IX – propiciar e auxiliar as entidades educacionais e de assistência social do município a participar de programas idênticos a nível estadual e nacional;*



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
BOM PROGRESSO**
Nosso futuro somos nós que construímos.
2013-2016



Estado do Rio Grande do Sul

Prefeitura Municipal de Bom Progresso

X – valorização do comércio, indústria, prestação de serviço e a produção primária do Município.

ART. 4º. – o Programa Municipal de Educação Fiscal – PMEF será desenvolvido:

I – Pela Secretaria Municipal da Fazenda:

- a) Na articulação geral do programa;
- b) Na orientação técnica relacionada a tributos, competências de arrecadar, despesas públicas, levantamentos e controle estatísticos;
- c) No desenvolvimento da população em geral
- d) Na mobilização dos servidores públicos municipais;
- e) No envolvimento dos Conselhos Municipais constituídos;
- f) Na mobilização dos comerciantes, industriais e prestadores de serviço do município, em conjunto com a Secretaria Municipal da Agricultura, Educação, Fazenda e Saúde.

II – Pela Secretaria Municipal de Educação:

- a) Junto aos corpos docentes e discentes da rede de ensino pública ou privada do município;

III – Pela Secretaria Municipal de Agricultura:

- a) Na conscientização e envolvimento dos produtores primários do Município;
- b) Na mobilização dos comerciantes, industriais e prestadores de serviço do Município.

§ 1º - A secretaria Municipal de Educação deverá providenciar que as Escola da Rede Municipal implantem nos seus planos de estudos as temáticas vinculadas à educação Fiscal com o acompanhamento do grupo de Educação Fiscal – GEFIM.

§ 2º - A atuação das Secretarias Municipais relacionadas neste artigo, serão em ações conjuntas, com participação suplementar dos demais órgãos da estrutura administrativa do Município.

ART. 5º. – As ações do Programa Municipal de Educação Fiscal – PMEF, poderão ser implementadas por meio de acordos ou convênios de cooperação técnica ou financeira em parceria com:

I – A União e o Estado;

II – organizações públicas;

III – entidades e instituições privadas.

ART. 6º - Fica criado o Grupo de Educação Fiscal Municipal – GEFIM, constituído três representantes da Secretaria Municipal da Fazenda, sendo um dos quais, como





Prefeitura Municipal de Bom Progresso

coordenador geral, um da Secretaria Municipal da Educação e um da Secretaria Municipal da Agricultura e um da Secretaria Municipal da Saúde.

Parágrafo Único. Os membros que compõem o GEFIM serão indicados pelos respectivos secretários do órgão a que representam.

ART. 7º - Compete ao grupo de Educação Fiscal Municipal – GEFIM:

- I – Planejar, executar, acompanhar e avaliar as ações necessárias à implementação do programa no Município;*
- II – elaborar e desenvolver os projetos municipais;*
- III – buscar fontes de recursos para implantar e executar o programa no Município;*
- IV – buscar apoio de outras Secretarias Municipais e de outras organizações visando à implantação do PROMEF;*
- V – implantar as ações decorrentes de suas decisões;*
- VI – manter projetos de integração municipal entre os participantes do programa;*
- VII – estimular a implantação do programa no âmbito do Município, subsidiado tecnicamente pelo Programa Estadual de Educação Fiscal;*
- VIII – elaborar e produzir material de divulgação e orientação;*
- IX – documentar, organizar e manter a memória do programa no município, no âmbito de sua atuação;*
- X – estimular as entidades educacionais e de assistência social do Município a participar de programas semelhantes a nível estadual e federal.*

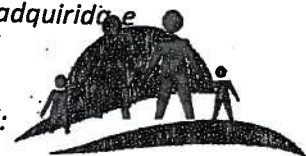
Art. 8º. *As ações e atividades no âmbito do ensino serão normatizadas por meio de resolução editada em conjunto pelo GEFIM e pela Secretaria Municipal de Educação.*

Parágrafo Único. *As demais ações e atividades do programa serão normatizadas por resoluções editadas pelo GEFIM.*

Art. 9º. *Fica o poder executivo autorizado a contratar serviços ou adquirir materiais, inclusive de divulgação, para o programa, com recursos próprios e/ou participação de terceiros, entre as despesas relacionadas ao objeto de que trata esta Lei.*

Parágrafo Único. *A mobilização dos Servidores Públicos Municipais de que trata o Art. 4º, Inciso I, e, compreende, entre outras, a adoção de vestimenta a ser adquirida e usada em horário de expediente, na forma de regras a serem instituídas.*

Art. 10. *São atribuições do Coordenador Geral do Programa Educação Fiscal:*





Estado do Rio Grande do Sul

Prefeitura Municipal de Bom Progresso

- I – Efetuar o gerenciamento administrativo, técnico e operacional do programa;*
- II – analisar, sugerir ajustes e elaborar projetos de lei, decretos, resoluções e demais normatizações necessárias à operacionalização do programa;*
- III – gestar pela adesão do Município a programas da União, Estados e Entidades Públicas ou Privadas, relacionadas ao programa;*
- IV – fornecer informações e esclarecimentos ao GEFIM;*
- V – demais atribuições e competências afins.*

Art. 11º. O Programa Municipal de Educação Fiscal – PMEF, será implementado inicialmente com recursos do orçamento vigente.

Art. 12º. As ações previstas nesta Lei serão regulamentadas, no que for necessário, por decreto Municipal.

Art. 13º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BOM PROGRESSO, AOS 30 DIAS DO MÊS DE JUNHO DE 2015.


JOÃO CARLOS DE SOUZA
Prefeito Municipal de Bom Progresso/RS



PREFEITURA MUNICIPAL DE
BOM PROGRESSO
Nosso futuro somos nós que construímos.
2013-2016